

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	109

Solicito ao Relator, Deputado José Gomes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

PARECER 02 CEOF

DEPUTADO JOSÉ GOMES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.223/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 446.489.793,00”.

O crédito suplementar presente neste projeto de lei, embora tenha um condão de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, não irá interferir nas despesas previamente fixadas no orçamento na Lei Orçamentária Anual, pois será financiado pelo excesso de arrecadação.

Quanto à sua admissibilidade, restam atendidos os arts. 71 a 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal que tratam da prerrogativa do Governador do Distrito Federal para iniciativa de leis complementares e ordinárias.

Diante do exposto, tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento de atuação governamental, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós nos manifestamos pela aprovação e admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.223/2021, de autoria do Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	110

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a gente está diante de um projeto, como já de costume, sem apresentação de justificativa para o projeto, sem apresentação

s/Ana Luísa

REVISORA PATTY FISCHER

ANA LUISA

como já de costume, sem apresentação de justificativa para o projeto, sem apresentação das planilhas exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lembro que o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal não é uma opção do governo, é uma obrigação. Quem não a cumpre comete crime de responsabilidade e dá ensejo a *impeachment*. Vamos deixar claro sobre o que estamos falando aqui.

Tem gente que pensa: “Ah, quem tem preocupação com a responsabilidade fiscal não tem coração”. Não! É o contrário. Quando o governo se endivida, ele deixa de fazer o que tem de fazer. É exatamente assim no orçamento doméstico. Existe só uma diferença: uma família tem dificuldade em pegar crédito no banco. O governo não, ele consegue fazer manobras. E é isso que a gente está vendo aqui neste projeto.

Que tipo de manobra a gente está enxergando aqui?

Em primeiro lugar nós estamos falando de três diferentes finalidades para o crédito grande de 446 milhões de reais. Está sendo encaminhado recurso para a NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital, para o Fundo de Saúde e – ora

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	111

bolas, vejam aqui! – para a Secretaria de Mobilidade. Mais uma suplementação de 100 milhões de reais para o sistema de transporte público. Mais uma vez! Então, ao decidir colocar tudo num projeto como um todo, a análise pormenorizada dessas despesas já está automaticamente prejudicada.

É importante a gente lembrar, também, que, assim como no orçamento doméstico, tem dinheiro em que a gente não pode meter a mão. Se existe o dinheiro da vovó que está guardado para a vovó, o netinho não pode pegar o dinheiro da vovó. O dinheiro de que nós estamos falando aqui é da vovó. É da previdência dos servidores! O netinho não pode pegá-lo. O governo, ao pegar o dinheiro do Fundo Garantidor da Previdência de servidor está subtraindo algo que não é dele, está dispondo de um recurso que não é dele. Ele está colocando para frente uma dívida que ele está criando agora. E a gente entende esta estratégia populista. A um ano da eleição, a intenção do governo é jogar dinheiro, é torrar. Depois, lá na frente, cada um que se vire para pagar. E aí entram, sim, as necessárias reformas previdenciárias. Mais uma vez, matemática, gente, é infalível. Não tem como, você não mente para número. Você pode mentir para eleitor, mas para número você não mente.

Então, o que está acontecendo aqui é uma falta de justificativa, é uma mistura de despesas e é a utilização de um recurso em que não deveria estar sendo tocado.

Mais uma vez existe um flagrante desrespeito à nossa legislação orçamentária.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	112

Depois ao Deputado Leandro Grass e, em seguida, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente, ao Líder do governo e aos Parlamentares antes de entrar na discussão de mérito em relação a este projeto de lei.

Eu não acho que nós temos condição de votar o Projeto de Lei nº 2.223. Estamos falando de um projeto que retira dinheiro da CEB Holding – Companhia Energética de Brasília, ou seja, dinheiro que é do servidor e, provavelmente, da venda da CEB para uma série de gastos que não podem acontecer com esse recurso. Como já disse o Deputado Chico Vigilante, é um Jumbão. É um crédito de meio bilhão de reais que nós estamos votando aqui sem justificativa, sem planilha, sem nada. Vai para o IGES – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, vai para as empresas de ônibus, vai para um monte de lugar! Esta Casa votar isso é um escárnio, Sr. Presidente! Nós precisamos pedir ao governo que, minimamente, fatie esse crédito e explique cada detalhe desse crédito. Não há condição de votá-lo. Estou falando do ponto de vista político, nem é do ponto de vista técnico.

Eu acho razoável que a Liderança do Governo retire esse crédito de pauta hoje para que haja o mínimo de discussão política em relação a ele. Isso aqui, hoje, é a gente abrir a porta do inferno. Daqui para frente só vai chegar crédito desse jeito. A Câmara Legislativa não está assinando um cheque em branco, mas um talão de cheques em branco.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	113

Então, eu queria fazer um apelo ao Líder do Governo para que retire esse PL de crédito da pauta, para discutirmos ponto a ponto, e que o governo possa mandar aqui os seus PLs de crédito separados em relação a esse recurso.

A minha solicitação para usar da palavra é para pedir à Liderança do Governo que se posicione, senão a Liderança do Governo e esta Casa ficam coniventes com este método que é equivocado em todos os pontos de vista.

s/Dayse

REVISORA S/LARISSA

DAYSE

REV. LARISSA

que é equivocado em todos os pontos de vista.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento ao encaminhar esse projeto de crédito, onde diferentes áreas estão sendo contempladas, o Poder Executivo está nos chamando de otários. O Poder Executivo está chamando a população do Distrito Federal de burra e de otária.

Nós fizemos um embate aqui ferrenho, muito produtivo, a respeito do absurdo que era há duas semanas liberar 100 milhões de reais para as empresas de ônibus, com a justificativa de que era para pagar os rodoviários. Cem milhões para as empresas de ônibus, para enriquecer ainda mais os donos de empresas de ônibus.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	114

E deixamos claro que dificilmente votaríamos isso novamente. O que o governo fez? Colocou de forma sem vergonha um crédito para as empresas de ônibus junto com um crédito do Hospital da Criança. Isso é chantagem! “Olha, as criancinhas não serão atendidas se vocês não aprovarem esse crédito.”

O problema é o jabuti que aqui está: mais 100 milhões com a pífia, ridícula justificativa de equilíbrio financeiro do sistema. Eu sei qual é o equilíbrio financeiro do sistema: encher o bolso de grana de quem já tem muito às custas do trabalhador que, de manhã e à tarde, pega ônibus lotado, e ainda fica sujeito a manifestações como aconteceu hoje de manhã na região sul para a região central, onde o trânsito ficou completamente parado.

Isso aqui é um escárnio, é um absurdo, é um desrespeito, é chamar os Deputados de otários e o povo do Distrito Federal de burro. Eu tenho certeza, Srs. Deputados, que V.Exas. serão cobrados amanhã se aprovarem esse absurdo hoje. Cem paus, cem milhões no bolso dos donos de empresa de ônibus junto, de forma chantageosa, com o dinheiro que vai para o Hospital da Criança.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Isso aqui é sem-vergonhice, não tem outra explicação!

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	115

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) –
Olha, a gente se impressiona a cada dia com a coragem que o governo tem de tentar enganar a gente, ou, infelizmente, disfarçar, talvez oprimir, diminuir os debates necessários.

Já foi muito bem colocado aqui pelos meus colegas que me antecederam, mas eu vou de novo falar, porque talvez as pessoas não tenham entendido. Senhoras e Senhores, nós estamos votando, neste momento, a abertura de crédito, ou seja, autorizando o governo a gastar R\$ 446.489.793,00 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa e três reais).

Vamos mais uma vez ao detalhamento: são 180 milhões de reais para o instituto dos escândalos. Aí tem os 100 milhões, como bem colocou aqui o Deputado Prof. Reginaldo Veras, para o tal equilíbrio do sistema desequilibrado. Junto, nesse bojo, nesse balaio desorganizado de projetos que o governo costuma encaminhar para cá, temos questões importantes mesmo. Temos aqui a suplementação do Hospital da Criança, temos projetos de pesquisas da FEPECS - Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, que estão aguardando há muito tempo esse dinheiro chegar.

Nós temos outras coisas que são extremamente relevantes e justificadas. Aí o que o governo faz? O governo manda aquilo que não tem justificativa ou que ele não quer esclarecer, para a gente aprovar junto com as coisas que têm justificativas. É exatamente isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras. É exatamente isso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	116

É mau-caratismo, é falta de compromisso com a transparência, é falta de autenticidade, é jabuti – como nós costumamos dizer quando vem aquela coisa embutida ali, aquela coisa meio sem explicação. É o famoso submarino.

Então, vejam, é difícil assim, não é? É difícil a gente fazer acordo. Vejam, hoje a gente tirou a obstrução da pauta da sessão para poder votar esse projeto de crédito, aguardando

S/Romildo.

s/Rev. Gisela

ROMILDO/GISELA

da sessão, para poder votar esse projeto de crédito, aguardando ainda o envio de um projeto que não chegou...

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a gente fez aqui um compromisso republicano, honesto. Confiamos na palavra.

Agora, isso aqui não dá, não é, minha gente? Isso aqui não dá, infelizmente! Por favor, vamos lá! Mandem os projetos separados: cada crédito para uma finalidade, com a justificativa certinha. Vamos trabalhar com honestidade, porque fica tudo mais fácil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	117

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Registro a abstenção do Deputado Leandro Grass, do Deputado Chico Vigilante e da Deputada Arlete Sampaio. Houve votos contrários, do Deputado Fábio Felix, do Deputado Prof. Reginaldo Veras e da Deputada Júlia Lucy.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.223/2021, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, eu havia feito um apelo pela retirada de pauta da proposição.

O que estamos fazendo nesta Casa, hoje, é um dos piores erros que já cometemos em relação a crédito orçamentária do governo. Estamos votando um crédito de quase meio bilhão de reais sem que ele tenha tramitado devidamente na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa, sem que tenha havido a devida discussão nessa comissão.

A Comissão está proferindo parecer no plenário! Inclusive, havia um acordo para que os pareceres fossem feitos dentro da reunião da comissão.